

Milhões de empregos em risco



» JOSÉ ROBERTO TADROS
*Presidente do Sistema
CNC-Sesc-Senac*

O debate sobre melhores condições de trabalho é legítimo e necessário. No entanto, diante da intenção de acelerar a tramitação da proposta que extingue a escala 6x1, é preciso afirmar com clareza: este não é o momento adequado para uma mudança dessa dimensão. A economia brasileira já enfrenta condicionantes severos: juros altos, crédito caro e restritivo, endividamento recorde das famílias, inadimplência sem precedentes entre as empresas, desinvestimento e saída de empresas estrangeiras do país, um ciclo de aperto monetário que não é interessante para ninguém. Ao mesmo tempo, o fim da Taxa das Blusinhas, visto como um agravante na concorrência desleal para o varejo nacional, também é avaliado como parte do pacote de aprovações em um período sensível em que interesses políticos atravessam escolhas econômicas. Impor uma elevação abrupta nos custos operacionais — em um setor em que mais de 90% da mão de obra atua no regime 6x1 — significará repassar esse peso para o consumidor final em forma

de inflação, gerando retração de vagas e aumento da informalidade, além do já mapeado prejuízo aos empresários que pagam impostos de importação muito maiores do que os isentados da Taxa da Blusinha. Precisamos ter responsabilidade e ponderação no debate legislativo neste contexto. O setor terciário não se opõe ao debate sobre o bem-estar do trabalhador, mas uma decisão dessa magnitude exige análise técnica, diálogo e profunda responsabilidade. A conta para quem produz e emprega no Brasil já está alta demais. Votarmos essa alteração constitucional drástica nas relações de trabalho, de forma apressada e às vésperas de um processo eleitoral, é colocar em risco a estabilidade de milhões de micro e pequenas empresas e a própria manutenção dos empregos formais de toda a cadeia produtiva. Agora é o momento de preservar a economia e garantir a segurança jurídica do País. A experiência internacional demonstra que jornadas menores são resultado de ganhos consistentes de produtividade. No Brasil, onde esse desafio ainda persiste, a simples redução da jornada sem as condições necessárias para sustentá-la vai gerar aumento de custos, pressão inflacionária, retração de investimentos e incentivo à informalidade. Isso precisa fazer parte do debate, pois terá efeito real e duradouro, uma vez que tamanha alteração se confirme. Defender o trabalhador também significa defender o emprego. Não existe proteção social duradoura sem empresas saudáveis, capazes de investir, crescer e contratar. Quando o ambiente de negócios

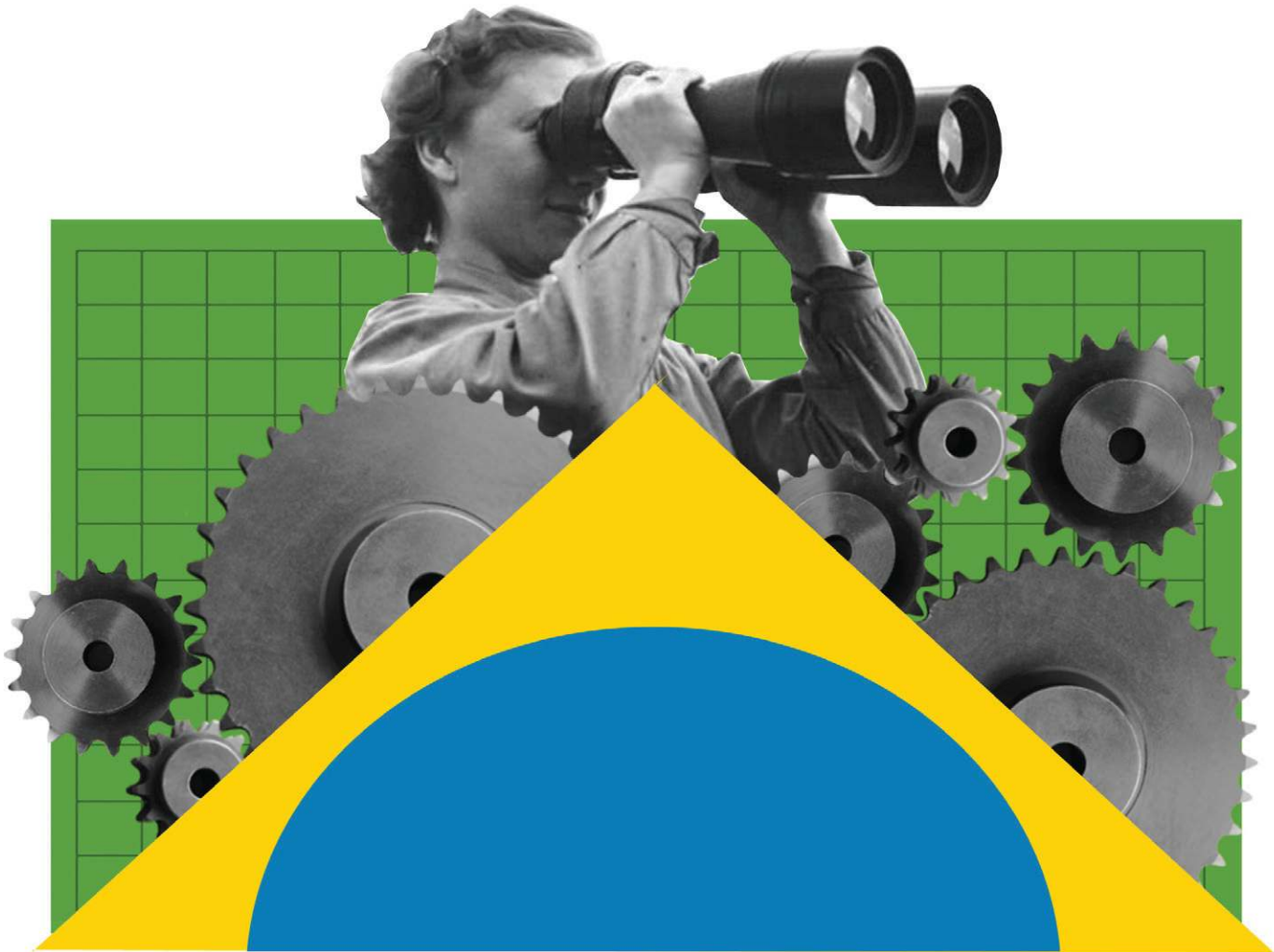
é pressionado além de seus limites, todos perdem: empresas, trabalhadores e a própria economia. Alterar de forma abrupta a organização da jornada de trabalho pode produzir efeitos contrários aos desejados, ampliando ainda mais os custos que já estão altos, reduzindo a capacidade de contratação e comprometendo a sustentabilidade de milhares de negócios em curto, médio e longo prazos. O comércio, os serviços e o turismo constituem o maior empregador do País. São atividades que funcionam diariamente, atendendo a população em realidades econômicas muito distintas. Por isso, não é razoável impor uma regra única para um setor tão diverso. Medidas dessa natureza atingem com mais força as micro e pequenas empresas, responsáveis por parcela expressiva dos empregos formais brasileiros. É por meio do diálogo entre empregadores e trabalhadores que se constroem soluções compatíveis com as características de cada setor e de cada região brasileira. O Congresso Nacional tem a responsabilidade de avaliar os impactos dessa proposta com serenidade e visão de longo prazo. O Brasil precisa avançar, mas sem colocar em risco milhões de empregos. Neste momento, prudência, responsabilidade e segurança jurídica são indispensáveis. Apelar aos senadores da República por sensatez e serenidade. Temas como o limite de carga horária profissional e a taxação de importações diretas geram custos e efeitos em curto, médio e longo prazos que demandam um debate maior e sem a pressa dos prazos eleitorais.

A dívida que se pode conversar



» GIOVANNI BEVILAQUA
*Doutor em Economia
pela Universidade de
Brasília.*

Nos últimos dados do Banco Central, a inadimplência das empresas voltou a subir: 3,2% na carteira ampliada, um pouco mais entre as menores. Em pesquisas aplicadas trimestralmente com pequenos negócios em todo o país, 28% já declaram ter alguma dívida em atraso, e mais da metade de quem tem compromisso em aberto vê o pagamento consumir 30% ou mais dos custos mensais do negócio. Não são números que se escondem atrás de eufemismo. É gente que abre a loja de manhã sabendo que uma parcela vai vencer antes do fechamento de caixa. Dito isso, sem meio-termo: esse retrato não é sinônimo de fracasso pessoal. É sinônimo de um sistema que ainda trata o pequeno empreendedor como um risco a ser precificado, quando deveria tratá-lo como um agente a ser conhecido. Explico a diferença. Precificar risco é o que um banco faz quando olha para um CNPJ recém-aberto e enxerga apenas ausência de histórico: sem garantia, sem colateral e sem grade de score, portanto caro ou fechado. É o motivo pelo qual a taxa média de juros no crédito livre para pessoa jurídica segue na casa dos 24% ao ano, mesmo quando a Selic dá sinais de trégua. Conhecer, por outro lado, é reconhecer que aquele mesmo CNPJ tem uma trajetória territorial e uma reputação construída com fornecedores e clientes, um capital social que nenhuma nota de crédito tradicional capta, mas que vale alguma coisa na hora de prever se o negócio vai honrar um compromisso. Essa distinção não é retórica, ela muda o desenho de política pública. Um Estado que só sabe punir inadimplência tem uma ferramenta: cobrança, que no limite termina em negativação e execução. Um Estado que sabe reconhecer trajetória tem um leque bem mais largo. Pode diagnosticar antes de o atraso virar protesto, ou reorganizar prazo antes de empurrar mais crédito. É pode sentar o empreendedor e o banco na mesma mesa com dados na mão, em vez de dívida vencida em cobrança, sem tratar quem está atrasado como alguém que fracassou moralmente. Na maior parte dos casos que a pesquisa capta, o que pesa na caixa não é imprudência: é custo de insumo subindo enquanto o cliente escasseia e o juro caro corrói uma margem que já nasceu fina. Aqui é onde a pauta deixa de ser só de crise e vira pauta de desenvolvimento. O Brasil tem hoje mais de 24 milhões de pequenos negócios. Cada um desses CNPJs é, ao mesmo tempo, unidade produtiva e projeto de vida de alguém, muitas vezes o único ativo que uma família teve chance de construir. Tratar o endividamento desse universo como problema técnico de cobrança é desperdiçar a oportunidade de tratá-lo como o que ele realmente é: um ponto de alavancagem para inclusão econômica em escala continental. Um pequeno negócio que sai de uma reestruturação de dívida bem-feita não volta ao ponto de partida: volta mais forte, porque atravessou um processo que o obrigou a organizar o próprio caixa e entender a estrutura de custo antes de negociar de uma posição menos frágil. Já existem iniciativas nascendo com esse espírito, dentro e fora do poder público: programas que combinam diagnóstico prévio, reorganização de passivo e crédito responsável numa sequência pensada, em vez de empurrar linha de financiamento para quem ainda não sabe quanto deve nem para quem deve. É um desenho mais trabalhoso do que simplesmente abrir uma linha de crédito emergencial: exige montar protocolo, capacitar gente e negociar condição de verdade com o banco, não apenas anunciar. Mas é o tipo de trabalho que, historicamente, separa política pública que resolve de política pública que só comunica. Isso não é ingenuidade otimista. É reconhecer que o mesmo dado que assusta, quase três em cada 10 pequenos negócios em atraso, é também o dado que permite agir com precisão, porque hoje sabemos exatamente que porte e que setor está mais exposto. Antes, o Estado enxergava o pequeno negócio endividado só quando ele já tinha fechado. Agora existe instrumento para enxergar antes, e para responder com política de reconhecimento, não com política de sanção. O problema já está posto, e nenhuma nota otimista o apaga. O que ainda está em aberto é o tipo de resposta: tratar o pequeno empreendedor endividado como estatística de risco a ser gerida, ou como sujeito econômico a ser reconhecido e, a partir desse reconhecimento, reconstruído.



Qual é a biodiversidade que precisamos medir?



» CARLOS E. V. GRELE
*Professor da UFRJ e coordenador
do PPBio/MCTI*

» GUARINO R. COLLI
Professor da UnB e coordenador do PPBio/MCTI

Nunca a biodiversidade foi tão valorizada. Governos e empresas reconhecem cada vez mais que a sociedade depende de ecossistemas saudáveis para garantir água, alimentos, a regulação do clima e a redução de riscos ambientais, incluindo o surgimento de zoonoses. A aproximação entre as agendas climática (IPCC) e de biodiversidade (IPBES) reforçou uma conclusão importante: conservar a natureza não é apenas uma questão ambiental, mas também econômica e social. Por isso, foi muito positivo acompanhar, há poucos dias, o evento organizado pela CNI, CEBDS e Firjan para discutir temas que estarão no centro da próxima COP da Biodiversidade. Mas, para avançarmos de fato, é preciso ir além de frases como “o Brasil é um país megadiverso”. Essa afirmação é verdadeira, porém insuficiente para explicar porque a biodiversidade é tão importante para o funcionamento dos ecossistemas e para os benefícios que proporciona à sociedade, incluindo o setor empresarial. É importante destacar também que não tem sido suficiente para gerar ações que resultem na redução da perda de biodiversidade.

Um dos desafios está justamente em como medimos a biodiversidade. Em muitas iniciativas de governos e empresas, inclusive nas discussões sobre créditos de biodiversidade e na divulgação de riscos relacionados à natureza, ainda predominam indicadores baseados no número total de espécies — conhecido como riqueza taxonômica —, na abundância ou no status de conservação das espécies. Contar espécies é indispensável para responder a algumas perguntas; porém, não é suficiente quando precisamos de respostas sobre o funcionamento dos ecossistemas. Duas áreas podem abrigar o mesmo número de espécies e, ainda assim, funcionar de maneiras muito diferentes. Imagine, por exemplo, duas áreas com o mesmo número de espécies de morcegos. Em uma delas predominam espécies que dispersam sementes; na outra, espécies que polinizam flores. A riqueza de espécies pode ser a mesma, mas as funções desempenhadas por essas comunidades diferem. É essa outra dimensão que a chamada diversidade funcional procura medir. Em vez de considerar apenas quantas espécies existem, ela considera características relacionadas ao papel de cada espécie no ecossistema. Nas plantas, por exemplo, podem ser relevantes características ligadas à fotossíntese, ao uso de nutrientes, à fixação de nitrogênio ou à área foliar. Nos animais, podem importar a dieta, o tamanho corporal, a forma de locomoção ou o papel como polinizadores, predadores e dispersores de sementes. Há vários métodos para medir essa diversidade funcional. Ela oferece, portanto, uma informação diferente daquela fornecida apenas pela contagem de espécies. Isso é particularmente importante quando

a biodiversidade passa a fazer parte das decisões empresariais, de investimentos e de políticas públicas. Se queremos avaliar adequadamente a contribuição da natureza para a produção de alimentos, a regulação do clima, a qualidade da água ou a regeneração das florestas, precisamos saber quantas espécies estão presentes, mas também o que fazem. Para o setor econômico, essa distinção é decisiva. Empresas não apenas dependem da biodiversidade, mas também influenciam seu futuro por meio de decisões sobre investimentos, cadeias produtivas, uso do território e exploração de recursos naturais. Decisões baseadas em informações incompletas podem preservar números, mas não as funções ecológicas das quais a própria economia e a sociedade dependem. Incorporar diferentes dimensões da biodiversidade permite identificar melhor os riscos, evitar e reduzir impactos e orientar investimentos para alcançar resultados ambientais mais consistentes. O Brasil tem uma oportunidade extraordinária de liderar essa discussão, e o setor econômico desempenha um papel central nessa liderança. Isso exige ir além do reconhecimento do valor da biodiversidade e incorporá-la, com base em informações científicas sólidas, aos processos decisórios. Proteger nosso patrimônio natural não significa apenas preservar uma lista de espécies. Significa também preservar as funções ecológicas que mantêm os ecossistemas em funcionamento e sustentam o bem-estar da sociedade. A pergunta, portanto, não é apenas quanta biodiversidade temos, mas quais dimensões da biodiversidade estamos realmente medindo e usando na tomada de decisão.